

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM
30-9-2020.

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cláudia Araújo, Dr. Goulart, Idenir Cecchim, Mauro Zacher, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Substitutivo nº 01, de autoria de Márcio Bins Ely, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 121/19 (Processo nº 0258/19); o Projeto de Resolução nº 019/20 (Processo nº 0281/20), de autoria de Ramiro Rosário. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Lourdes Sprenger, Prof. Alex Fraga, Felipe Camozzato e Mendes Ribeiro. Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 003/20 (Processo nº 0019/20), o qual, após ser discutido por Aldacir Oliboni, Adeli Sell, Karen Santos, Cassiá Carpes, Mendes Ribeiro, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, João Carlos Nedel, Prof. Alex Fraga, Engº Comassetto, Airto Ferronato, Cláudio Janta e Marcelo Sgarbossa, teve sua discussão adiada por uma sessão, a requerimento de autoria de Cláudio Janta, aprovado após ser encaminhado à votação por Reginaldo Pujol. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta e quatro minutos às quinze horas e cinquenta e oito minutos e das dezesseis horas e um minuto às dezesseis horas e dois minutos. Às dezesseis horas e oito minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol e Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, vinte e cinco vereadores presentes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Dou por aberta a presente sessão, com o quórum satisfatório de 25 vereadores, e devolvo o comando ao nosso

diretor legislativo para que ele informe os expedientes constantes na Mesa e as matérias a ela encaminhadas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço a V. Exa. Na data de hoje não teremos Grande Expediente. Correto? O questionamento é: podemos, imediatamente, entrar na Ordem do Dia ou ouviremos as lideranças?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Adeli Sell deseja falar em Comunicação de Líder.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Minha saudação especial ao Presidente Pujol, às colegas vereadoras e aos colegas vereadores. Em liderança do Partido dos Trabalhadores – Ver. Oliboni, Ver. Sgarbossa, Ver. Comassetto e eu –, quero registrar minhas profundas preocupações sobre o abandono dos espaços públicos de cultura na cidade de Porto Alegre. Eu falo ao Presidente já que V. Exa. é um grande conhecedor desse assunto. Quem não se lembra de Túlio Piva? Eu espero que as pessoas também se lembrem do Teatro Túlio Piva, na Rua da República, dito em reforma. Quanto tempo demorará? E o local de gravações que nós denominamos de Pianista Flach? Então, eu pergunto: quando isso vai ficar pronto e quais as explicações que estão nos dando? Nenhuma. Quando o Centro Municipal de Cultura será restaurado, recuperado para que, quando der novas chuvas, não adentrem as águas na biblioteca do Centro Municipal de Cultura Josué Guimarães? Inclusive o computador que funciona lá foi um trabalho realizado pela nossa Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura; caso contrário, não teria nem um computador funcionando. Vou mais além, não é a hora de a gente rever o Porto Alegre em Cena? Será que não seria hora? Quando nós vamos rediscutir o lugar e o espaço do carnaval, como a economia do carnaval, utilizando mais e melhor as instalações do Porto Seco e não gastando o dinheiro que se gasta? E quando tem que gastar, o meu colega Bosco sabe, nós tivemos problema no início do ano, no entanto, V. Exa. teve a ousadia de levar isso adiante e foi conquistado o que era de direito para o pessoal na sua prática de carnaval – essa grande festa popular. Quando haverá licitação para o Café do Capitólio? Nós podíamos, de vez em quando, tomar um café no Capitólio, Ver. Pujol, já que somos quase vizinhos, o senhor está mais perto do que eu, inclusive. E aquele café maravilhoso, na Praça Otávio Rocha, está fechado, emparedado com tijolos – isso é uma afronta, é uma violência ao patrimônio da cidade. Quem está fiscalizando as obras da Casa Azul que quase caiu? Vão deixar que a primeira gravadora de discos, a Casa Elétrica, em Teresópolis, caia de vez? Quando nós vamos enfrentar essas questões? Afinal de contas, qual é o informe que esta Casa está

recebendo na Comissão de Educação, Cultura e Esportes sobre as obras da Usina do Gasômetro? Nós temos que enfrentar essas questões da cultura. A Câmara tem o prêmio Glênio Peres e honrou neste ano, o Presidente Pujol fez todas as tratativas e resolveu essa questão com a equipe técnica e profissional da Câmara, mas como anda o Fumproarte? Como anda o Funcultura? Há pagamentos de pessoas que fizeram ações e até hoje não receberam. Qual é a política para o pessoal que ficou ao desabrigo com a pandemia, os artistas, o pessoal do *backstage*, da graxa? São trabalhadores que não estão recebendo absolutamente nada, porque o seu trabalho não cabe aqui na internet. Afinal, eu quero, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, levantar essa e tantas outras preocupações que nós temos acerca do desdém à cultura na cidade de Porto Alegre. As minhas emendas impositivas, afora as da saúde – já concluo –, foram colocadas na área cultural dentro dos programas do próprio governo e eu acertei isso com o governo. Mas já vai o mês de setembro embora, amanhã é dia 1º de outubro. Quando se realizará e quando se efetivará a questão das emendas impositivas especialmente aquelas que estou destinando à cultura, um setor dramaticamente atingido pela pandemia? Senhoras e senhores, colegas vereadores e vereadoras, meu caro Presidente Pujol, eu falei aqui em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Obrigado, Ver. Adeli Sell. É uma alegria ouvi-lo. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde, Presidente, vereadoras e vereadores. Não poderia deixar de me manifestar acerca do avanço que tivemos em nível federal de uma lei que nós buscamos há anos e que muito se trabalhou, com abaixo-assinados, junto aos deputados federais, senadores. A lei passou, mesmo que parcial, e foi sancionada pelo Presidente da República na tarde de ontem, como sendo um evento de muita alegria para nós que lutamos contra os maus-tratos aos animais. Até então o art.32 da Lei nº 9.605/98, a lei dos crimes ambientais, previa penas alternativas, de cestas básica ou também de serviços comunitários. Agora não, com a alteração do art. 32, com a inclusão de outro parágrafo, a pena vai de 2 a 4 anos, portanto, resultará em reclusão, regime fechado. São muitos os tipos de maldades que víamos por aí com os animais, mas quem faz isso com os animais faz também com os humanos. O último caso que deu o nome a essa lei, que é a Lei Sansão, foi um cão da raça *pitbull* que passou de um jardim para o outro, atacou um cão e os rapazes contaram as patas, sem nenhum medicamento anestésico – a maior maldade que houve. E esse cão estava lá, ontem, junto à sanção da lei.

Então, independentemente de ideologias, de partido, de sigla partidária, nós estamos, sim, comemorando. Com isso, não queremos dizer que apoiamos todas as decisões do governo federal. Temos que comemorar, sim, porque não dá mais para ficarmos indo a delegacias. A Prefeitura simplesmente chega aos locais e manda uma

resposta padrão, que não foi possível, que é bom recorrer a uma delegacia, sendo que eu entendo que a própria fiscalização poderia levar, sim, a polícia aos locais de casos graves.

Então, é uma alegria muito grande eu registrar aqui, Presidente, essa vitória da causa animal, do respeito à vida, e que nós agora teremos, sim, um amparo legal maior – para isso que servem as leis – para levar à reclusão, levar ao regime fechado todas essas pessoas que praticam a maldade, de repente, podem ir os rinheiros, os que maltratam os cavalos. E não é querer a maldade aos nossos semelhantes, mas nós temos que dar um basta e o basta chegou agora com a lei sancionada ontem pelo Presidente da República. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Muito obrigado, Ver. Reginaldo Pujol, colegas vereadoras e vereadores. Eu gostaria de me manifestar em tempo de liderança do meu partido PSOL, portanto falo em nome dos colegas Ver. Roberto Robaina e Ver.^a Karen Santos. Primeiro, quero falar a respeito do absurdo que ocorreu na segunda-feira passada, dia 28 de setembro: o Ministro do Meio Ambiente, que deveria zelar pela preservação da natureza e do nosso maior patrimônio, que é a nossa riqueza natural, abriu a porteira como, naquela reunião com o Presidente e seus demais ministros e assessores, havia afirmado que deveria fazer. O Ministro Salles abriu a porteira, permitindo absurdos no nosso País e revogando algumas resoluções importantes do Conama, que é o Conselho Nacional do Meio Ambiente. A partir dessas modificações do escopo de proteção do ambiente natural, pode permitir algumas situações terríveis no nosso País, entre elas, o ataque a regiões de preservação permanente, como, por exemplo, áreas de manguezal e restingas. Para quem não conhece, restingas são aquelas formações vegetais que se percebem, muitas vezes, próximas a corpos d'água e que ajudam a amortecer a força das cheias e das marés no oceano. A remoção dessas áreas possibilitará que a natureza exerça a sua força com muito maior intensidade sobre o ambiente, e isso terá impacto negativo na população que vive no seu entorno. Os manguezais, para quem não sabe, são berçários da vida marinha, muitas espécies marinhas fazem suas desovas nas áreas de manguezal; existem, também, espécies que vivem nesse ambiente. Isso permitirá que haja construções de empreendimentos imobiliários nessas regiões que são muito valorizadas, regiões próximas a foz de rios, regiões próximas a espelhos d'água, favorecendo empreendimentos imobiliários, mas atacando, em nível praticamente letal, a natureza do nosso País.

Outra barbaridade é a permissão que ele dá à incineração de resíduos, no Brasil, que, anteriormente, eram proibidas, em especial destaco um dos tópicos que será permitido, a partir da ação do Ministro do Meio Ambiente: a incineração de embalagens

de agrotóxicos. Ao promovermos esse tipo de prática no nosso País, todo pesticida, todo poluente que cause graves impactos na nossa saúde, ao serem incinerados, serão lançados na atmosfera com o potencial de ser absorvido pela nossa respiração. Para quem não conhece muito bem o Rio Grande do Sul, eu trabalhei, durante alguns anos, no Município de Santa Cruz do Sul, Município que tem um altíssimo índice de suicídios. A matriz econômica, principalmente na área agrícola, é plantação de fumo em pequenas propriedades, onde a família faz a plantação e borrifa os pesticidas, diretamente, sobre as plantas, muitas vezes, não contando com equipamentos de proteção. A respiração desses tóxicos faz com que haja um acúmulo no seu sistema nervoso, gerando crises de depressão, depressão do sistema nervoso central. Isso, pelo menos é o que indicam as pesquisas sérias feitas a respeito do tema, tem levado Santa Cruz do Sul a esse triste índice de a ser a capital dos gaúchos em suicídios. Como ainda estamos no mês de setembro, é muito importante lembrar essa tragédia que acomete muitas pessoas e devasta algumas famílias.

Para finalizar, eu gostaria de prestar uma homenagem ao cartunista Quino, autor célebre da personagem chamada Mafalda, uma criança com senso extremamente crítico, representando, com um ponto de visto bastante ácido, as ações humanas, a exploração da natureza, a exploração do ser humano. Faleceu, infelizmente, esse cartunista com uma obra extremamente consagrada e bastante celebrada nos diferentes países do mundo, onde a sua obra alcança. Então, a nossa homenagem, a homenagem da bancada do PSOL a esse cartunista, cuja perda inestimável a humanidade tem neste momento. Um forte abraço a todos, sigamos os nossos trabalhos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Obrigado, Ver. Prof. Alex Fraga. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente Pujol, gostaria de cumprimentar os colegas vereadores e o público que nos acompanha pelas redes e pela TVCâmara. Gostaria de usar o espaço de liderança para falar sobre um tema muito importante e para o qual a Câmara toda é muito sensível, que é o processo de desburocratização, muito relevante não só para os empreendedores, como também para os cidadãos, especialmente neste momento de pandemia, quando precisamos de uma retomada econômica, o mais breve possível, para voltarmos a ter criação de vagas de emprego para superar essas dificuldades que estamos vivendo. Ontem, eu me reuni com representantes da vigilância sanitária estadual e com a equipe do Conselho Estadual de Desburocratização, ligado à pasta do tema, na gestão do governador Eduardo Leite. Gostaria de cumprimentar o Tomás Holmer, que mediou esse contato. Nós conversamos bastante sobre os alvarás sanitários e sobre o prazo de validade desses alvarás. Casualmente, em diversas atividades, um alvará sanitário tem a validade de um ano e essas atividades não necessitam de uma validade tão curta de alvará porque elas não encontram alto risco, ou mesmo um médio risco de

contaminação, de poluentes e por aí vai. Então, isso precisa ser revisto. E para minha grata surpresa, no Estado esse trabalho vem sendo desenvolvido, a Lei de Liberdade Econômica Estadual ajudou bastante a fazer isso avançar. No nível estadual temos o Sivisa, disponível desde 2018, que é um sistema digital para controle dos processos, banco de dados, digitalização de todo o sistema de licenciamento e acompanhamento das licenças. E em Porto Alegre infelizmente ainda estamos da idade da pedra, Porto Alegre utiliza muito pouco o sistema, nós já temos disponibilidade de usar e aderir com maior intensidade isso, mais de 400 municípios gaúchos já fazem uso frequente desse sistema, e nós estamos ficando para trás. Aqui, em Porto Alegre, também a Lei de Liberdade Econômica, apesar de aprovada pela Câmara, pela ampla maioria dos colegas vereadores, permitiu à cidade avançar em termos de desburocratização e não mais exigir, por exemplo, alvarás da Vigilância Sanitária para uma série de atividades que não impõem riscos ao cidadão, como até mesmo salas de ioga, fisioterapia e outros temas aí que hoje em muitos casos demandam alvará da Vigilância Sanitária e a Vigilância Sanitária porto-alegrense tem levado, em muitos casos, mais de um semestre para fazer a visita, vistoria e a liberação do documento, sendo que ele é renovado anualmente. Então, o cidadão, o empreendedor, o profissional liberal consegue o seu alvará, e, na sequência, já tem que estar agendando a próxima visita de renovação, o que é completamente descabido. Fora o risco de autuação que também sofre por conta de não estar enquadrado.

Então, eu quero trazer esse tema para a atenção dos colegas vereadores e aproveitar também a presença dos vereadores da base do governo, lideranças, também obviamente aqueles da relação institucional que acompanham a sessão, que deem uma atenção para isso porque esse é um tema muito importante, independente do processo eleitoral que estamos vivendo hoje, desburocratização é uma pauta que precisa ser permanente, e especialmente num momento de pandemia é preciso ter um cuidado para que a gente possa avançar. Então, eu espero que não só no processo eleitoral os candidatos se comprometam com essa pauta, como também quem está em mandato, especialmente no Executivo, passe a fazer valer a lei que a Câmara aprovou e faça com que os processos de funcionamento da Vigilância Sanitária sejam modernizados e possam estar alinhados com as melhores práticas do Estado e também de outros municípios gaúchos, que já estão muito à frente de Porto Alegre e nós estamos perdendo competitividade por conta disso. Então, agradeço a atenção de todos, deixo aqui esse tema para ciência e consideração de todos os demais, e desejo uma boa tarde para todos nós.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço a Vossa Excelência. O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Boa tarde, Presidente Pujol; boa tarde colegas vereadores e público que nos acompanha pela TVCâmara. Eu queria agradecer à Ver.^a Comandante Nádia, que ia usar o nosso espaço de liderança, como vice-líder do nosso partido, e deixou que eu falasse sobre um assunto extremamente importante e que vem trazendo problemas não para os vereadores, mas para a cidade. Neste último ano, Presidente, Porto Alegre virou um canteiro de obras. E foi muito pelos empréstimos que esta Câmara e os vereadores parceiros do governo aprovaram. Porém, acho que o governo se esquece que o mandato é de quatro anos, e os vereadores aqui representam cada canto da cidade de Porto Alegre. Então a Câmara, que representa a comunidade, reclama sobre os serviços da cidade: é falta de saibro, de terraplanar as ruas esburacadas pelas chuvas, fechamento de buracos, podas. O governo não atende pedido de nenhum vereador mais, a não ser daqueles ligados à Prefeitura - os vereadores que votam com o governo e os candidatos a vereador da coligação. Gente, nós temos ainda três, quatro meses para terminar o nosso mandato, nós ainda representamos a população de Porto Alegre! Os vereadores que aqui estão ainda têm representatividade na cidade! Então, eu peço um pouquinho de respeito do Executivo municipal, que atenda os vereadores que estão aqui, que não estão trabalhando para si, não estão pensando no seu umbigo; estão pensando na cidade, estão pensando no melhor para as pessoas, estão pensando na qualidade de vida das pessoas. A gente vem enfrentando problemas terríveis com a pandemia: é problema sanitário, é crise econômica, é crise social. Então, que o governo respeite as pessoas de Porto Alegre e respeite as pessoas que têm representatividade, pessoas eleitas para a Câmara de Porto Alegre. Eu queria chamar especial atenção para isso, porque não está sendo atendido nenhum pedido dos vereadores, e a gente está sendo cobrado pela população. Estamos sendo cobrados porque a população merece um tratamento isonômico. O Ver. Felipe Camozzato ali falou da base do governo. Não tem base do governo! Não tem base do governo! Se tu não votas como o governo quer, aquilo que tu fizeste, aquilo que tu ajudaste, aquilo que tu auxiliaste não existe mais, tu viras inimigo do governo – não podemos mais fazer política assim! A política é parceria, a política é um ajudar o outro. Nós pensamos diferente, somos de partidos diferentes, mas todos nós temos o pensamento de melhorar a vida do cidadão porto-alegrense e da cidade de Porto Alegre. Então queria chamar a atenção para isso, porque as demandas não estão sendo atendidas. Porto Alegre está um canteiro de obras no último ano; governar no último ano é fácil, agora, tem que atender, sim, as demandas dos vereadores eleitos pela cidade de Porto Alegre, pois seus eleitores esperam um trabalho digno deles. Era isso, Sr. Presidente e colegas vereadores. Uma boa tarde de trabalho a todos.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Passamos à chamada nominal para verificação de quórum para a Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) São 25 vereadores presentes.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB) – às 14h58min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0019/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 003/20, que autoriza a concessão de subsídio tarifário ao Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros no Município de Porto Alegre. **(SEI 004.00011/2020-48)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- com Emenda nº 01, de autoria do Ver. Ricardo Gomes;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 113 da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 16-09-20 por força do art. 95 da LOM.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 003/20.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde em Porto Alegre, cidadãos e cidadãs. Como os senhores podem ver, fomos surpreendidos, mais uma vez, pelo governo municipal, quando ele diz que há possibilidade de subsidiar o transporte público em Porto Alegre, e não salienta, em nenhum momento, no projeto de lei, os impactos financeiros que isso vai gerar para a gestão, como também a redução do custo da passagem para os cidadãos e cidadãs de Porto Alegre. Recentemente, nós votamos um projeto de lei que o poder público abria mão de cobrança de 0,3%, para reduzir a passagem atual em R\$ 0,15. Nós aprovamos na Câmara de Vereadores, o governo sancionou, e nós não vimos a redução do valor da passagem. O governo tem dito que é possível fazer esta transferência de R\$ 39 milhões. Os donos, os permissionários, das concessões do transporte público de Porto Alegre, salientaram como acordo dos sonhos. Por que será que as concessionárias falaram “o acordo dos sonhos”? É visto, por qualquer leigo, que essa caixa-preta que todos nós queremos que seja aberta, não teve necessidade de abrir a caixa-preta para provar para

todos nós, fiscais da gestão atual, vereadores e vereadoras, e para a população de Porto Alegre que vem há muito tempo sofrendo os impactos desses reajustes. Em três anos seguidos, o governo acabou absorvendo a decisão do Conselho Municipal de Transporte Urbano – Comtu e repassou o reajuste das passagens. O governo manda um pacote para a Câmara, disse que ia baixar o valor da passagem, inclusive dava muito menos do que R\$ 39 milhões, ia baixar um valor significativo, enfim, no total ficaria em R\$ 2,00 a passagem, agora ele subsidia, ele dá R\$ 39 milhões de presente, e nós não ouvimos, em nenhum momento, ele dizer que a passagem vai baixar. Lamentavelmente é um tiro no escuro, é inconstitucional, está clara e precisa a posição da Procuradoria da Casa, e é inviável, em véspera de eleição, o governo fazer exatamente isso: dar dinheiro de presente enquanto na saúde até o vale-alimentação ele corta dos trabalhadores, nem a testagem para todas as pessoas que contraíram ou estão com sintomas da Covid ele faz, e agora dá de presente R\$ 39 milhões para a concessionária, lamentavelmente. Tenho certeza absoluta de que, ao menos nós, da oposição, votaremos contrários ao projeto de lei.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Oliboni. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 003/20.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Boa tarde Paulo Brum, colegas vereadores e vereadoras, mais uma vez vos cumprimento. Perguntaria aos meus colegas: alguém em sua consciência hoje em dia dá um cheque em branco para alguém? Não, absolutamente não, ninguém faz isso, mas isso é o que a Prefeitura propõe. Ela não só propõe como ela quer que nós assinemos como fiadores, que a gente dê o aval, em última instância, para que ela dê esse cheque em branco – essa é a questão. E mais: para quem? Para a ATP, para os donos das empresas que participaram de uma licitação, concorreram numa licitação com determinados critérios, e empresas que poderiam ter concorrido nessas circunstâncias ficaram fora. Isso, no direito brasileiro, não existe! Eu sei que aqui tem doutos, juristas acompanhando a sessão, mas a Procuradoria, que tem um procurador atento, já disse que não pode. Não pode por várias razões. Uma delas, por exemplo, é que não se diz quanto e nem de onde virão os recursos. Então não existe isso. Contra todas as regras, as determinações, as normas do direito público, do direito administrativo, esse projeto não pode passar. A Procuradoria já se opôs; e na CCJ – menos um, o líder do governo, evidentemente – todos questionaram a legalidade deste projeto de lei. Na segunda-feira, em Grande Expediente, eu anotei todas as questões técnico-jurídicas que afrontam a proposta de subsídio que a Prefeitura está propondo. É uma fraude à licitação, porque a licitação tinha um parâmetro “x”, agora, passados nem dois anos, o parâmetro é “y”. Isso é uma burla, isso é uma afronta. Não pode vingar, não pode acontecer. Eu já disse a mesma coisa quando da passagem das 12 linhas de ônibus que as empresas, de forma unilateral, romperam o contrato; isso aqui é um rompimento de contrato, do contrato que foi assinado entre as partes, há um rompimento tanto da

parte do governo ao propor, quanto da parte das empresas ao exigir o subsídio. Tem mais: aqui existe Câmara de Vereadores, existe um Parlamento, um Legislativo! Um poder não pode, como quer fazer a Prefeitura Municipal, ainda com um projeto inconstitucional, nos forçar, não pode fazer acordo sem a licença legislativa; um poder não pode derogar o que o outro aprovou, em não questionando a sua legalidade e competência. Tem mais: nesse acordo que foi assinado – isso não está escrito neste projeto de lei! –, se houver saída de pessoas por aposentadoria, se saírem pessoas por demissões, por alguma razão, a empresa não precisa repor. Como não precisa repor? Nós, em fevereiro, decidimos que tem que ter em cada ônibus um cobrador, um auxiliar. Nós vamos às últimas consequências com essa questão, é impossível continuar esse Parlamento aceitando essas coisas, como vinha acontecendo. Eu tenho certeza de que, pelo grande número de pessoas que acaba de se inscrever neste momento, este projeto de lei não passará, nesta tarde, na Câmara de Vereadores, que o dia 30 de setembro seja registrado nos anais da Câmara de Vereadores que este Parlamento, mais uma vez, se levantou contra o autoritarismo, contra o afronto à lei. A força do direito há de vencer com o voto dos vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Adeli Sell. A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLE nº 003/20.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas que estão nos ouvindo, aos vereadores presentes, ao Presidente. Eu, enquanto usuária do transporte coletivo da cidade, sou a favor de subsídios, até porque o custo do transporte coletivo da cidade não se sustenta, fica muito oneroso para o trabalhador que paga a passagem de ônibus; mas eu acho que a gente tem que tentar compreender a questão que está colocada: em que contexto esse subsídio vem a ser discutido? Porto Alegre passou por quase 20 anos sem licitação para o transporte coletivo. Houve licitação em 2015, mas, desde então, nenhuma meta foi cumprida pelas empresas de ônibus, nenhuma multa foi cobrada. As empresas de ônibus já não pagam ISSQN, são isentas desse imposto. A contrapartida para isenção desse imposto seria a criação de um fundo municipal de mobilidade urbana, justamente para abater o valor da passagem de ônibus.

Porto Alegre é uma das capitais com a passagem mais cara. As empresas não nos deram – nunca nos deram! – acesso à bilhetagem antecipada, aos valores que estão presentes na conta, que deveriam estar sob domínio da EPTC e ainda estão sob domínio da Associação de Transportadores. A gente tem a taxa de compensação tarifária, que foi cobrada dos usuários; e essa taxa deveria ter sido revertida para os cofres públicos. Em cinco anos, essa taxa da CCT nunca foi repassada – é um valor de quase R\$ 60 milhões.

Na semana passada, a gente acompanhou também a negociação das empresas de ônibus da Prefeitura de Porto Alegre junto ao Ministério Público. As empresas vão arrecadar mais quase R\$ 39 milhões também dos cofres públicos. Diante

de todo esse cenário de descontrole do acesso aos dados, do acesso à transparência, no momento de pandemia, quando a nossa população mais precisava das linhas de ônibus funcionando, as empresas, de forma unilateral, reduziram diversas linhas, reduziram diversos horários, prejudicando, naquele momento em que a gente precisava garantir o distanciamento social, o deslocamento seguro dos nossos trabalhadores. As empresas, de forma unilateral, reduziram as linhas. Eu estava protestando junto com a Cefer, com o Rincão, com a Restinga, com a Mapa, quando isso aconteceu, porque as pessoas, de fato, estavam sendo transportadas que nem bicho. Então, as empresas já mostraram para o povo porto-alegrense que não têm responsabilidade nenhuma com a vida, responsabilidade nenhuma com a transparência, responsabilidade nenhuma com a gestão pública.

Eu acredito que, neste momento, com todos esses questionamentos que a gente vem levantando, e não é de hoje, aqui na Câmara de Vereadores, é importante a gente fazer uma apuração das contas e também uma auditoria não só das contas, mas do valor do *diesel*, do valor do pneu. A gente não tem acesso a nada disso. É importante uma auditoria técnica também da própria lógica de produção e de gestão dos empresários. Dentro desse contexto, o subsídio é isto: é dar mais uma vantagem corporativa para determinados segmentos da nossa economia que não tiveram compromisso com a vida, que não têm compromisso em garantir um transporte de qualidade para nossa população. O ônibus é tricar, trilotado, tridemorado, e não é da pandemia, é uma questão quase estrutural da nossa cidade.

O edital de licitação de 2015 era para, de certa forma, tentar suprir esses problemas que a gente já vivenciava enquanto usuários do transporte coletivo, mas isso não foi sanado. Nesse sentido, a gente vai votar contra esse subsídio, não pela não importância do subsídio para o transporte coletivo, mas por entender que, hoje, garantir mais esse privilégio para esse setor econômico é muito injusto, é muito injusto com os usuários, é muito injusto com os trabalhadores rodoviários, que também estão sendo, neste momento de crise, perseguidos, criminalizados, demitidos. Não é essa lógica de transporte que a gente defende para a nossa cidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver.^a Karen. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 003/20.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Presidente; um abraço a todos os vereadores e vereadoras. Eu vou ser sucinto. Mauro, de novo, Mauro? Vais deixar todo mundo falar para depois dizeres o quê? Retira esse projeto. É difícil votar “sim”, a gente quer ajudar. Subsídio existe no mundo inteiro, tu sabes disso, mas precisa justificativa. Crédito ilimitado, mas como assim? Tem que ter um parâmetro. Passamos três anos com a cidade abandonada; agora, querem crédito ilimitado. Mas como é que a Câmara vai dar esse aval sem conhecer? Mauro, pelo amor de Deus, gostamos muito de ti, mas tu estás muito omissa, estás na moita, tens que aparecer e dizer o que tu queres,

o que o governo quer. Ninguém vai dar carta branca em final de campeonato para um governo inconfiável desses. Muitas vezes, vejo os vereadores falando que não podem fazer nada – é verdade o que o Mendes disse –, não podem solicitar para tapar um buraco na comunidade. Eu fico pensando: aqueles que votaram no aumento do IPTU o que vão dizer agora na eleição? Que se enganaram com o Marchezan? Que foram no papinho do Marchezan? Não! Mauro, aparece aí, estamos precisando de ti, retira isso, depois vamos ver como é que vai ficar. Vamos aprimorar, melhorar e, quem sabe, aí sim votar, mas não dessa forma. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Cassiá Carpes. O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para discutir o PLE nº 003/20.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Obrigado, Presidente Paulinho Brum; colegas vereadores. Este é mais um projeto daquele que gosta de governar sozinho; quanto menos participação da Câmara, melhor. Eu não vou me estender muito, quero cumprimentar os vereadores que me antecederam por suas falas, principalmente a fala do Ver. Adeli, que me representou muito bem. É um projeto inconstitucional, pois é uma autorização de qualquer subsídio por decreto, sem a participação da Câmara, sem o respeito àqueles que representam a cidade de Porto Alegre, e uma abertura de crédito adicional, sem limites, como o Ver. Cassiá Carpes falou. Então é um projeto de quem gosta de governar sozinho, de quem não respeita a Câmara de Vereadores. Votarei contra este projeto, porque não tem cabimento nenhum a gente aprovar um projeto desses ao final do governo, sem confiança nenhuma. Era isso, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Mendes Ribeiro. O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLE nº 003/20.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, senhores vereadores e senhoras vereadoras, eu não vou entrar no mérito do serviço que é prestado pelo transporte coletivo no Município de Porto Alegre. Eu quero dizer que sou favorável ao subsídio às empresas, como acontece em diversos locais e em diversos países. É a forma encontrada para que o povão possa pagar menos pela passagem de ônibus. Agora, o que todos disseram aqui, o fato de eu ser favorável a esse subsídio não quer dizer que eu possa votar neste projeto como ele se encontra. A Procuradoria da Casa disse que ele é inconstitucional; na Comissão de Constituição e Justiça só teve um voto favorável! O próprio projeto não fala o valor do subsídio; não fala, se der o subsídio, em quanto que vai diminuir o preço da passagem; decreto. Olha, é um projeto generalista; é um projeto que a Câmara, aprovando, vai dar aquele cheque em branco, e

poderemos nos arrepender depois e sermos cobrado pela própria população. Então eu sugiro que se faça esse debate.

Sou favorável, repito, ao subsídio do governo municipal às empresas de ônibus, para baratear o preço da passagem. Agora, tem que ser um projeto claro, específico, com números, com cálculos e com valores definidos. É isso aí, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. João Bosco Vaz. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLE nº 003/20.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Sr. Presidente, Paulo Brum; vereadores, vereadoras, público que nos assiste. Eu acho impressionante a fala de alguns vereadores dizendo: “Eu sou favorável ao subsídio, mas vou votar contra!” Só falta dizerem assim: “Eu sou favorável ao subsídio, mas sou contra o prefeito Marchezan. Então se o projeto é do prefeito, a cidade e o usuário do transporte coletivo que se lixem! Eu estou preocupado somente com a eleição e não vou ajudar o prefeito.” Pessoal, nós não estamos pensando no prefeito, estamos pensando na cidade e no usuário do transporte público. É óbvio que este é um projeto bom para quem está preocupado com o usuário do transporte. O valor da passagem, Ver. Bosco, vai ser... (Problemas na conexão.) ...valor que for subsidiado. Tem um cálculo que se faz para a passagem, pelo número de usuários. Se o valor do subsídio aumentar, o preço da passagem tem que diminuir, tem que ser proporcional àquilo que a cidade, o governo, o Executivo vai investir. É óbvio que isso vai ter um cálculo e vai ter transparência quanto a isso. Nada se faz sem transparência.

Ver. Cassiá, com todo respeito, meu amigo Ver. Cassiá, o senhor fala do governo como se o senhor fosse da oposição! O senhor é vereador do vice-prefeito da capital! O senhor fez campanha para o prefeito Marchezan! O senhor elegeu o prefeito Marchezan! Agora, com relação a tudo o que for de bom, o senhor faz parte do governo; com relação ao que o senhor achar ruim, o senhor é oposição! O senhor é do governo, o senhor elegeu o prefeito Marchezan! O senhor se elegeu com os votos da campanha do prefeito Marchezan, em 2016, Ver. Cassiá! O senhor e outros vereadores, que agora pensam: “Não! O Mauro é governo e eu sou oposição! Eu não faço parte do governo.” O vice-prefeito é do seu partido! Então as coisas boas foi o seu partido que fez; o que achar que não é bom, que pode ser ruim, que pode ser não muito bom às vistas da população, o senhor não faz parte do governo. Não. Mas aí nós temos que votar com consciência: quem é governo, é governo; quem não é governo, não é governo. O senhor fez parte do governo o tempo inteiro, Ver. Cassiá. Eu, no início, nem era do governo, era dos independentes, nem participei da sua chapa. Mas eu acredito, sim, nas boas ideias do prefeito Marchezan, assumi como líder do governo, ajudei a aprovar mais de 80 projetos bons para a cidade, com o apoio de muitos dos vereadores que hoje não são, mas agora é um outro momento, é eleição. Eu compreendo que os vereadores têm seus

candidatos, é um momento eleitoral, mas nós não podemos esquecer o quanto fizemos parte ou não do governo, por dois anos, três anos. E, agora, tudo o que foi feito pelo governo... Agora o prefeito não é bom, tudo foi ruim, tudo é terra rasada, o prefeito é horrível. Não, pessoal, vamos pensar na cidade, vamos deixar a eleição de lado.

Passagem, Karen, é importante ser mais barata, as pessoas precisam andar de ônibus, o ônibus não pode ser tão caro, a passagem de ônibus em Porto Alegre é cara. Se nada for feito, vai ser mais cara ainda em 2021, independente de quem seja o prefeito. Vamos pensar na cidade, vamos pensar no usuário do transporte público, as pessoas precisam do transporte público e é obrigação nossa pensarmos e votarmos projetos que possam baratear o preço da passagem. Não estou preocupado com o governo, estou preocupado com o usuário do transporte público, pessoas da periferia que dependem do ônibus. Eu vou votar “sim”, não é porque eu sou líder do governo, vou votar “sim” porque as pessoas precisam de transporte, e o que eu puder fazer para que o transporte público de Porto Alegre seja mais barato, para que as pessoas que mais precisam possam usar o transporte público e tenham dignidade nas suas vidas, eu farei, independente se o projeto é do prefeito A, B, C ou D – tem que votar com consciência, tem que votar pela cidade. Eu votarei “sim”! E este projeto já está na Casa desde janeiro de 2020. Quem quisesse melhorar ou modificar o projeto já teve tempo suficiente. Quanto a dizer que ele é inconstitucional, eu já vi ser aprovada cada coisa nesta Casa aqui totalmente inconstitucional, mas era do vereador, do amigo, não sei o quê - voto favorável. Agora, porque é contra o governo, aí procura um milhão de desculpas para votar contrariamente. Vote contra, vote contra a cidade, vote contra a população, vote contra o usuário. Eu vou votar “sim” e convido os vereadores a esquecerem a disputa política, a campanha eleitoral e votem pela cidade. Obrigado, Presidente Paulo Brum.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, vereador. O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLE nº 003/20.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Meus prezados colegas, lamentavelmente, mais de uma vez, o nosso prefeito Marchezan manda um projeto muito perigoso sem nenhum diálogo, sem informações, incompleto, com parecer inconstitucional da nossa Procuradoria. E também, especialmente, de onde vai tirar os recursos?

Nós ficamos sabendo, por meio indireto, não consta no processo nenhuma informação acerca disso, que houve um acordo de mediação feito com as concessionárias para que seja entregue um subsídio de R\$ 39 milhões, com algumas contrapartidas de vale-transporte, de *vouchers* e tal... (Problemas na conexão.) ...para carentes. Mas isso não consta no processo, no projeto. E que esses recursos, as concessionárias usariam para suportar os investimentos na ampliação das linhas e também para arrecadar parte dos recursos para pagamentos do 13º salário, sob o perigo de que, se não for pago o 13º, poderá haver greve do transporte coletivo por ônibus. É

uma situação difícil; não queremos greve, não queremos esse problema, mas queremos segurança no que nós vamos aprovar. Do jeito que está, eu estou de acordo com o Ver. João Bosco Vaz, eu também sou favorável ao subsídio. Já existem em várias cidades, especialmente em São Paulo, milhões ou bilhões por ano em subsídio. Nós não temos esse subsídio, além de algumas isenções que também podem ser consideradas subsídios. Mas nós temos que ter a responsabilidade de aprovar um projeto legal, adequado, com informações. Nós sabemos que as concessionárias têm o seu prejuízo. Nós sabemos, eles vieram na CEFOR, já no final do ano passado, explicaram para a nossa comissão, mas nós sabemos também que o sistema de táxi-lotação tem imensos prejuízos - o pessoal está entregando linhas; os táxis também estão com dificuldades extremas, mas nós temos a responsabilidade de aprovar um projeto adequado.

Eu quero me somar ao apelo que o Ver. Cassiá fez ao nosso líder do governo Mauro Pinheiro para que ele retire o projeto antes de ser concluída a discussão. Eu lamento que o Ver. Mauro Pinheiro entre no mesmo jogo do prefeito, que, ao invés de explicar, de se defender - como também não está fazendo no processo de *impeachment* -, vem atacar: “Ah, porque é por causa da eleição, porque tem o vice-prefeito, mais não sei o quê...” Não tem nada disso! Nós até queremos um subsídio, mas de uma forma legal, de uma forma bem orientada, indicando para onde vão os recursos, que são recursos públicos, recursos de impostos. Nós temos essa responsabilidade. Eu quero o subsídio, pois eu tenho uma responsabilidade séria para com a Cidade. E também sei que nós temos responsabilidade com o sistema dos ônibus, como sistema de transporte, com o valor da passagem, mas dessa forma não tenho como votar a favor.

Então, reforço o apelo que o Ver. Cassiá fez ao nosso líder: retire da priorização o PLE nº 003/20, porque, daqui a pouco, vai ser concluído o período de discussão, vamos entrar no período de votação, e, pelo que me consta, não é mais possível a retirada do projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. João Carlos Nedel. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 003/20.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver. Paulo Brum, que preside os nossos trabalhos. Bem, eu estou bastante confuso com essa discussão. Talvez, o Ver. Mauro Pinheiro não tenha percebido que está no Partido Liberal, e esse partido, historicamente, tem defendido uma menor participação do poder público sobre os serviços ofertados à população. Por isso que eu estou confuso. Acho que os espectros ideológicos deveriam ser um pouco mais relevantes na hora de nós pensarmos em termos de administração, de governo, de gestão pública.

Nós, do PSOL, somos amplamente favoráveis - e isso já ficou evidente na fala da Ver.^a Karen Santos, que me antecedeu -, apoiadores dos mecanismos de subsídios, porém, da forma como o prefeito está colocando essa questão, é a criação de uma “Bolsa Grande Empresário”. O prefeito mesmo já se manifestou, de forma bastante

retumbante em outros momentos, antes de assumir o Paço Municipal, de forma contrária, por exemplo, ao Bolsa Família, ao Bolsa Escola, subsídios que o Governo Federal aplica para ajudar famílias de baixa renda a diminuir a dramática desigualdade social que existe, historicamente, no nosso País. E agora propõe a criação do “Bolsa Grande Empresário”. É isso que está sendo posto aqui. E o pior não é isso. O pior é que o nosso sistema de transporte público, o nosso sistema de transporte coletivo não tem o controle financeiro efetuado pelo Executivo na forma do seu órgão de controle e fiscalização, que é a EPTC. A EPTC é um mero carimbador de planilhas fornecidas pela ATP, que é a associação que gerencia o transporte público; é a ATP, que controla, por exemplo, a movimentação do cartão Tri, dos passes escolares, do meio passe estudantil, sem passar informações, mas apenas planilhas. Não existe a aferição desses dados. Outra coisa: não existe também, historicamente, o recálculo sobre o dinheiro que vai sendo capitalizado para os cartões, que não sofre correção. E quando há uma majoração da tarifa, não há, como contrapartida, o aumento, também, dos recursos dentro dos cartões - o que gera prejuízos para o usuário. Esse é um problema histórico na nossa cidade. Os gestores, os empresários, os consórcios que administram o transporte coletivo desta capital embolsam esses recursos todos os anos.

O que diz a lógica desse capitalismo? E o Ver. Felipe Camozzato assiste atento à minha manifestação. Que o indivíduo, o empresário, o empreendedor arca com os custos do serviço que ele está abraçando: o bônus e o ônus. Se as empresas estão tendo prejuízos, se estão tendo ônus, não conseguem administrar, por “n” fatores, talvez por incompetência administrativa, que abram mão da prestação desse serviço, que rompam o contrato com a Prefeitura, fazendo com que as outras empresas possam angariar as linhas que serão disponibilizadas; coloquem elas dentro do seu plantel de serviço, ou então que a nossa própria empresa Carris assuma essas linhas. Se o empresário não quer ter prejuízo, como dizem há mais de 30 anos que o têm, que larguem o osso, que saiam da moita! Por favor, o que é isso!?

Então, se está tendo prejuízo, larga. Não vamos criar o “Bolsa Empresário” sem ter transparência e controle do Executivo pelo transporte coletivo desta capital. Um forte abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Alex. O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 003/20.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Obrigado, Presidente Paulo Brum; cumprimento todos os meus colegas vereadores e vereadoras. Vou seguir a linha do nosso líder, o Ver. Adeli Sell, que abriu este debate. Primeiro, nós temos que seguir as orientações e as normativas, e eu inicio pela da legalidade. Acho que nenhum vereador ou uma câmara deve assumir uma postura de ilegalidade. Se a Procuradoria e a própria CCJ dizem que este projeto é inconstitucional, por que levamos adiante? Tem que ser analisado isso, Ver. Mauro Pinheiro. Segundo: o Ver. Mendes Ribeiro e o Ver.

Nedel trataram da falta de diálogo, da falta de confiança no prefeito. Esta é uma casa política, é óbvio que nós precisamos aqui tomar decisões políticas que reflitam, sim, em benefícios para a cidade. A nossa bancada apresentou, ainda na gestão passada, um projeto para reestruturar o sistema de transporte público da cidade de Porto Alegre. Foi rejeitado pela maioria que elegeu o prefeito passado e que elegeu este prefeito. Nós apontávamos alguns pontos que têm que dar transparência ao sistema de transporte público. Quero dizer que nem tudo começou na gestão Marchezan; começou lá na gestão do prefeito Fogaça, que, por decreto, passou todo o caixa da bilhetagem eletrônica para que fosse controlado diretamente pela ATP. Então, todo esse dinheiro que é pago pelos empresários, pelo poder público, da bilhetagem eletrônica, que cai no dia 25 de cada mês, ele cai direto no caixa da ATP. A ATP, já há 15 anos, deixou de cuidar do transporte público e passou a ser um banco, como o Ver. Alex se referiu antes. Qual é o lucro que dá esse dinheiro que cai no banco ATP? Qual é o lucro que é gerado por aquelas passagens que foram pagas e não são utilizadas? Isso tem se refletido, tem sido analisado para o custo da passagem? Não! Porque o custo da passagem é calculado entre quatro paredes, e não é dada a transparência nem à Câmara, nem à população. Segundo erro que foi cometido e está sendo praticado: se colocou a raposa a cuidar do galinheiro. Quem fiscaliza o sistema de transporte público hoje? São as próprias empresas. E as empresas deixaram de cumprir os seus calendários. Um ônibus que sai lá da Pitinga, na Zona Sul de Porto Alegre, e que vai até o Centro, se tinha um horário às oito, outro às oito e meia e outro às nove, o das oito passa, o das oito e meia não passa e passa o das nove. E é colocado no cálculo da passagem como se tivessem percorrido todos os horários, e não é, e ninguém fiscaliza. O poder público abriu mão de fiscalizar o sistema de transporte público. Portanto, Ver. Mauro Pinheiro, precisa que o seu governo corrija isso antes, para que nós possamos ter um diálogo com a cidade. O governo, junto com a ATP, em nome do tema pandemia, retirou um conjunto de linhas. Dou um exemplo: na comunidade do Canta Galo, no extremo do Extremo-Sul, tinha um ônibus que saía de lá e ia até o Centro. Hoje ele sai dali e vai até Belém, paga uma passagem; para pegar outro de Belém até o Centro, Ver. Mauro, paga outra passagem. Discutiu isso com a Câmara, discutiu isso com a comunidade? Não, simplesmente, autoritariamente, aplicou essa regra, entre muitas outras. E cortou, durante a pandemia, inúmeras linhas, o que deixou as populações desprotegidas para atuarem em seus trabalhos e correndo o risco da aglomeração. Há poucos dias, deu R\$ 39 milhões para a ATP, sem consultar ninguém, sem consultar a Câmara, sem fazer uma análise, sem fazer uma discussão. Portanto, é verdade, não podemos dar um cheque em branco, e a Câmara tem sugestões para qualificar o transporte público, começando pelo diálogo, que tem que ser restabelecido com a cidade de Porto Alegre. Agradeço, votaremos contra o projeto. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Engº Comassetto. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 003/20.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Estimados, meu Presidente Paulinho, vereadores, vereadoras, colegas, todos os que nos assistem; eu tenho acompanhado, desde o início, ou quase do início, a discussão do projeto, e vou me manifestar pela votação favorável a ele. Nós estamos, com os defeitos que o projeto tem, propondo ações que vão visar à redução da tarifa do transporte de Porto Alegre, que, sem nenhuma dúvida, todos nós sabemos que é a mais cara do País. Portanto, o meu voto será favorável. Rapidamente, esta é a minha manifestação. Sabemos das suas dificuldades e dos seus problemas, mas, para baratear, ou tentando baratear a passagem de ônibus, meu voto será “sim”. Abraços.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Ferronato. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 003/20.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Presidente. Eu tive o prazer, ou o desprazer, de ser o relator deste projeto na CCJ. O que vários pares já falaram aí, foi o que me embasou para encaminhar pela rejeição deste projeto, tendo óbice. Óbice, primeiro, porque o projeto não diz de onde sairá esse recurso, não existe uma projeção financeira deste projeto. Um projeto que é baseado em outros projetos que seriam encaminhados a esta Casa, que incluem o pedágio, incluem sobretaxar os aplicativos. Se isso não acontecer, esse recurso provavelmente sairá de algum lugar, ou da saúde, ou da educação, ou do aumento de impostos; pois colocar pedágios, uma série de coisas, nada mais é do que uma forma de mascarar o aumento de impostos. Eu concordo, o nosso sistema de transportes está um caos, o nosso sistema de transportes precisa ser revisto num todo. Porque se está ruim para as empresas de ônibus, que continuaram trabalhando na pandemia até ter uma regra normalmente, imaginem para os transportadores escolares; imaginem para os taxistas; imaginem para os entregadores de mercadorias, pessoas que trabalham nos CDs de lojas; se está ruim para o sistema de transportes, imaginem para os taxistas; se está ruim para o sistema de transportes, está ruim para todo mundo. Para todo mundo está ruim a situação, só que tem vários setores e segmentos que continuam sem trabalhar, enquanto o sistema de transporte não faz uma adaptação. Nós vimos ônibus imensos chegando vazios no Centro de Porto Alegre, na metade do trajeto. Foi alertado, eu mesmo alertei várias vezes, nunca fui compreendido, e agora se vê o que eu queria dizer na pele, que nós não poderíamos simplesmente liberar os aplicativos, simplesmente liberar bicicleta, patinete, uma série de coisas sem ter uma visão do impacto que isso causaria no sistema de transporte coletivo em Porto Alegre. Hoje, todos sabem, é sabido por todos que é mais confortável, mais barato e de melhor acessibilidade andar de táxi ou aplicativo na cidade de Porto Alegre, principalmente nos trajetos curtos. E isso esvaziou o sistema de ônibus, que tem que investir em carros menores, tem que fazer uma parceria com os lotações para fazer um intercâmbio. Isso funciona em várias cidades do Brasil. Um sistema de intercâmbio, de portal, de cabotagem, seja o sistema que for, tem funcionado em várias cidades;

ônibus bem menores buscando nos bairros e abastecendo as linhas que andam nas avenidas circulares. Essa é uma forma desse sistema. Agora, um sistema que não tem uma planilha aberta, um sistema em que, se olharmos o disco da planilha, vários recursos desse disco são para a administração do sistema de transporte, um sistema que reduziu de 25% a 30% o salário dos rodoviários e ainda diz que vai baixar a passagem. Esse sistema não baixa a passagem. Esse sistema ganhou a isenção da passagem dos idosos e não baixou; esse sistema ganhou a segunda passagem, os 50%, e não baixou; esse sistema ganhou ISS e não baixou a passagem; esse sistema vive querendo aumento, é só verificar. Peguem, ano a ano, e me digam em qual foi o ano que o sistema de transporte não precisou reajustar a passagem. Qual foi o ano? O ano, se eu não me engano, que teve o menor reajuste foi de R\$ 0,10, e aí nós querermos... Este é um dos projetos. Tem projeto que as empresas têm que pagar a passagem extra e contribuir com um fundo, mesmo comprando vale-transporte; tem o projeto dos pedágios que já falei aqui. Agora, toda a cadeia econômica da nossa cidade está passando por dificuldades. Os professores de academia estão passando por dificuldades, uma série de segmentos, bares, restaurantes, comércios pequenos estão passando por dificuldades. Então, essa alegação de que o sistema de transporte está falido... Várias empresas estão falidas em Porto Alegre, várias empresas estão precisando de auxílio do governo, não é um setor e um segmento só que está precisando. Então, nós fizemos o nosso relatório, conscientes, pela existência de óbice. Não tem possibilidade, não tendo o cálculo do impacto que isso causaria nas contas públicas. A Câmara de Vereadores não tem como aprovar isso, nós precisamos discutir o sistema de transportes num todo, nós precisamos discutir que o governo do Estado reduza o ICMS, que a União reduza o IPI no *diesel* e nas peças, agora, não vai ser a população de Porto Alegre que vai pagar, retirando recursos da saúde e da educação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLE nº 003/20.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Obrigado, Presidente Paulo Brum; uma boa tarde a todos e a todas; eu confesso, o Prof. Alex disse que estava confuso com essas questões de partido, obviamente ele estava, de uma certa forma, ironizando, mas, na verdade, o que fica claro é que todos estão aqui falando a favor do subsídio ao transporte coletivo público. Portanto, o que mais chama atenção é o fato de que, primeiro, mesmo com os apontamentos da Procuradoria e da CCJ, o governo não tratou de sanar as deficiências do projeto, não apresentou os dados, o que mostra, efetivamente, que quer um cheque em branco. Então, a minha perplexidade aqui é estar diante de um projeto que, no conceito, parece ter o acordo, eu diria, dos 36 parlamentares, talvez, não importa, a grande maioria é a favor do subsídio ao transporte coletivo, e, por outro lado, as manifestações são contrárias a este projeto da forma como ele é apresentado. Então, na verdade, se o governo efetivamente quer a aprovação deste

projeto e de outros que tratam da mobilidade, este não é o momento – acho que o Ver. Cassiá que fez o pedido, depois o Ver. Nedel reforçou, eu também reforçaria esse mesmo pedido – para o governo não votar agora este projeto. Não é uma questão de eleição ou não eleição. Tudo dá a entender que o governo está mais interessado nessa narrativa que o líder do governo apresentou, ou seja, de dizer que tentou apresentar uma solução para cidade e a Câmara rejeitou, já está aqui achando os culpados do problema. Efetivamente, é um projeto eleitoral, baseado nos adversários que o prefeito tem, neste momento, na eleição e, portanto, vai usar o resultado dessa votação para a campanha eleitoral. Isso já está no discurso do prefeito há muito tempo – ele terá esses dados, a partir da votação do projeto. Então, lamentamos muito que o governo insista, mesmo conceitualmente tendo o acordo da Câmara, insista em votar os projetos da forma como estão, sabendo que perderá, para fazer a disputa político-eleitoral.

Eu faço este registro, lamento. Estamos ainda no período de discussão, espero que tenha mais alguém inscrito, mas, se ninguém se inscrever e terminar o período de discussão, eu ainda torço que o líder do governo, ou algum vereador, apesar de a competência ser do líder do governo, peça o adiamento deste projeto, para que a gente analise depois, e o governo tenha a possibilidade de apresentar os dados que foram apontados pela Procuradoria e pela CCJ. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Os trabalhos estão sendo muito bem presididos pelo Ver. Paulo Brum, mas, antes de se encerrar a discussão, eu gostaria de passar uma informação que eu acho fundamental: é que no projeto anunciado consta uma emenda, cujo teor ainda não está disponibilizado no SEI. Eu gostaria de conhecer o teor da emenda, e, conforme o teor, eu proporia uma outra emenda. Evidentemente que é um momento oportuno para que isso seja esclarecido. Estou ouvindo atentamente todas as manifestações dos colegas, em grande parte concordo com elas, por isso me sinto autorizado a tentar um remédio que ofereceria, conforme o que constar na emenda que está anunciada... (Problemas na conexão.) ...colocado na emenda do Ver. Ricardo Gomes.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeitamente, Ver. Reginaldo Pujol. (Procede à leitura da emenda.)

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Estou satisfeito com a informação. A emenda que nós propomos – e esperamos que possa ser acolhida – é a alteração no art. 8º, que fala que “o Poder Executivo regulamentará a presente lei no que couber, mediante decreto”. Nós queremos a supressão desse artigo e a alteração do art. 8º: “Esta lei entra em vigor a partir de 180 dias da sua publicação.” Essa é a emenda que nós proporíamos, antes de encerrada a discussão.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, teremos que suspender a sessão para formalizar a emenda, nós precisamos que seja encaminhado o texto para as formalidades.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço esse deferimento.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Estão suspensos os trabalhos para que sejam feitos os ajustes necessários.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h54min.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo) – às 15h58min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente e nobres pares, em função da complexidade do projeto e de tudo o que já foi argumentado por vários pares, eu estou requerendo o adiamento da discussão do PLE nº 003/20 por duas sessões.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Esclareço que quem está presidindo a sessão ainda é o Ver. Paulo Brum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum, como o projeto está em regime de urgência, há algumas limitações do adiamento do projeto. Por isso, só peço para suspender um pouco a sessão para eu poder consultar o assunto.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h01min.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB) – às 16h02min: Estão reabertos os trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Regimento estabelece que pode haver o adiamento da discussão por uma sessão.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLE nº 003/20 por uma sessão.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Eu quero cumprimentar o Ver. Cláudio Janta porque eu acredito que ele tenha percebido qual a intenção da nossa emenda. Evidentemente, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, que nós temos procurado ouvir a todos que estão debatendo esta matéria e observamos que há uma absoluta convicção da necessidade da ocorrência de subsídios para que a tarifa do transporte coletivo se transforme acessível à massa trabalhadora de Porto Alegre. Quero registrar que o momento político cria algumas dificuldades para uma isenção maior a respeito desse assunto, mas, mesmo assim, não me parece justo que a gente dispense uma oportunidade como essa, quando, curvando-se às exigências que o momento atual determina, se abre essa possibilidade de um governo que, até hoje, se manifestou contrário ao subsídio tarifário, que venha a fazê-lo no final da sua atuação como tal, como governante da cidade. Então, me parece que algumas coisas aqui nós poderíamos concertar razoavelmente com a emenda que estou sugerindo. Mas o pedido de adiamento do vereador nos dá a faculdade de, porque ainda não está encerrada a discussão, quem sabe nesses dois dias, que outros colegas nossos venham contribuir com mudanças mais profundas, inclusive que acertem o texto e dê condições para que ele possa, no seu objetivo principal, autorizar o Executivo a subsidiar a tarifa – e não as empresas – do transporte coletivo –; que isso possa ocorrer. Isso me parece que é uma vitória desta Casa, que sempre propôs a presença de recursos públicos na execução da política tarifária no Município de Porto Alegre.

Então, Sr. Presidente, além de votar favoravelmente ao requerimento do vereador, eu pediria mais ainda: quem sabe a Câmara determine que a emenda de minha autoria seja ouvida pelas comissões, e aí, naturalmente, como a matéria ainda não está suspensa, ainda não está encerrada a discussão, voltando às comissões, nós tenhamos a possibilidade de melhor discutir isso futuramente, em função de proposta que eventualmente possa existir durante esse período. Era só isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade do Ver. José Freitas.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h08min.)

* * * * *